

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Pré-sal cria novo mapa dos royalties	1
Título: Investimento chinês: benefícios e riscos	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Fisco quer prioridade para receber recursos desviados	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDOÑEZ E BRUNO ROSA****Título: Pré-sal cria novo mapa dos royalties**

Maricá desponta e já recebe mais do que Macaé, assim como a paulista Ilhabela. Uso dos recursos preocupa

RIO E MARICÁ- As riquezas geradas com a produção de petróleo estão jorrando em outras terras. O avanço no desenvolvimento dos campos do pré-sal, que já respondem por quase metade da produção do país, mudou o mapa da distribuição dos royalties do petróleo. Com isso, pela primeira vez, Campos dos Goytacazes e Macaé, no Norte do Estado do Rio, deixaram de liderar o ranking dos municípios que mais recebem os recursos. Deram lugar a novas cidades, como Maricá e Niterói, que passaram a ser beneficiadas pelo aumento da produção principalmente dos campos de Lula e Sapinhoá, na Bacia de Santos, em franco crescimento. Esse movimento impulsionou ainda cidades como Rio de Janeiro, Saquarema e Angra dos Reis.

Essa mudança no perfil da produção de petróleo também elevou os royalties de municípios paulistas, que passaram a se beneficiar com o maior volume oriundo dos campos de pré-sal. A paradisíaca Ilhabela, por exemplo, já recebe mais royalties e participações especiais que Macaé neste ano. Com a enxurrada de recursos, especialistas alertam para a importância de se fazer um uso racional desse dinheiro de forma a evitar os erros cometidos por outros municípios no passado, que não diversificaram a economia e não conseguiram elevar a arrecadação própria de forma a compensar uma redução dos recursos do petróleo em momentos adversos.

EM MARICÁ, SÓ 3% DAS CASAS TÊM REDE DE ESGOTO

Os royalties e as participações especiais (PE), explicam analistas, são uma compensação financeira pela exploração de petróleo. Nos contratos de concessão em vigor, estão previstos o pagamento de royalties de 10% sobre o petróleo produzido no mar. Além disso, está definido o pagamento de PE, que incide apenas sobre os campos de alta produtividade, como é o caso de Lula e Sapinhoá. Pela lei, esses recursos não devem ser usados para despesas correntes, como o pagamento de pessoal. Mas, nos últimos anos, muitas prefeituras passaram a usá-los para pagar funcionários terceirizados, o que é alvo de crítica de especialistas. Eles citam também o caso do Estado do Rio, que usa os royalties para pagar os aposentados.

A pequena Maricá, a cerca de 60 quilômetros da capital Rio de Janeiro, é hoje a líder em arrecadação: recebeu até julho R\$ 389,4 milhões, um avanço de 135% ante o ano anterior. Niterói teve alta de 137%, para R\$ 338,1 milhões. Deixaram para trás Campos e Macaé, que, embora tenham registrado avanço de quase 50% na arrecadação, somaram um total de royalties e PE de R\$ 263,7 milhões e R\$ 228,9 milhões, respectivamente. A cidade do Rio marcou a quinta posição, com alta de 84%, chegando a R\$ 90,8 milhões. — As áreas da Bacia de Campos estão em declínio, enquanto os campos do pré-sal na Bacia de Santos estão com produção ascendente. E, pela posição desses campos em alto-mar, os municípios ao Sul do Rio e os de São Paulo são beneficiados por estarem na área de influência — explica Alfredo Renault, professor da PUC-Rio.

ROYALTIES PODEM CHEGAR A 70% DO ORÇAMENTO

Mas, apesar do aumento na receita com royalties, Maricá, com quase 128 mil habitantes, coleciona indicadores preocupantes: a rede de esgoto só cobre 3% das casas, e a água encanada está em 35% das residências. A lista de desafios vai além. Em Maricá, não há indústrias nem hotéis. As lagoas e a orla não conseguem atrair turistas por causa do avanço da poluição e do crescimento desordenado de moradias ilegais. Entre a população local, o otimismo com as obras na cidade, como a pavimentação e a drenagem feitas pela prefeitura, se

reflete no surgimento de novos estabelecimentos comerciais e na esperança da abertura de empregos. — Espero que sejam criados novos empregos na cidade. Aqui não tem indústria nem nada. Só comércio mesmo. Já vi algumas melhoras com o dinheiro dos royalties, como todas essas obras de pavimentação.

Mas tem muita coisa a fazer, como hospital, saúde e até mesmo lazer — enumera Márcia Costa, que trabalha como doméstica. O aposentado Li Costa mora há 20 anos na cidade e vem acompanhando com preocupação o crescimento das obras. — Eu me pergunto por que se asfaltam todas as ruas sem uma rede de escoamento de água. O ambiental é outro problema. Sempre quando tento andar de caiaque no Canal do Bambuí me deparo com muita poluição — conta Costa. A prefeitura, que está sob nova gestão desde o início do ano, quer fazer uma parceria com outros municípios para construir uma barragem em Tanguá, em um projeto de R\$ 210 milhões, para em 2020 já ter uma rede de água no município. Quer ainda construir miniestações de tratamento de esgoto nas lagoas para torná-las balneáveis.

— Sabemos que os recursos dos royalties são limitados. Temos o pé no chão. Queremos criar um polo industrial e atrair empresas com o desenvolvimento de um condomínio industrial em alguma área — afirma Leonardo Alves, secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, destacando que o volume de recursos do petróleo deve chegar a R\$ 700 milhões neste ano, 70% do orçamento da cidade. Niterói, que sofreu os reflexos da crise da indústria naval foi o segundo município fluminense que mais recebeu royalties este ano. O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PV-RJ), garante que a cidade não vai cometer os mesmos erros que outros municípios. Ele disse estar usando esses recursos em projetos de infraestrutura, como drenagem, contenção de encostas e pavimentação. Na Região Oceânica, afirma, cerca de 50% dessas obras já foram concluídas.

Niterói desenvolve ainda projetos de parceria pública-privada (PPP) para aumentar o fornecimento de água e saneamento básico. O prefeito destaca que, desde seu primeiro mandato, em 2013, quando a economia crescia forte e o barril do petróleo estava acima de US\$ 100, com outros municípios recebendo fartos recursos da receita dos royalties, Niterói já implantava um plano de austeridade com corte de gastos. Ele ressalta também a maior eficiência fiscal. Nos últimos anos, Niterói dobrou sua arrecadação própria. Só com IPTU, a alta foi de cerca de 80% em três anos. — Queremos transformar Niterói em uma referência nacional. Temos uma cláusula para não usarmos recursos dos royalties para despesa de pessoal ou custeio permanente — diz Neves.

EM NITERÓI, PARTE VAI PARA PREVIDÊNCIA

Por outro lado, a cidade vem destinando parte dos royalties para cobrir o déficit da previdência. Mas Neves garante que, dentro de oito a dez anos, a previdência do município voltará ao equilíbrio. A cidade do Rio também tem sido beneficiada com o pré-sal. Segundo a secretária de Fazenda, Maria Eduarda Gouvêa, a expectativa para este ano é que a receita dos royalties seja de R\$ 280 milhões, R\$ 100 milhões a mais do que o previsto. Ela afirmou que a prefeitura está investindo apenas em obras de infraestrutura, como saneamento e preservação ambiental. — Nós respeitamos a legislação em relação à aplicação desses recursos. Estamos realizando muitas obras de conservação ambiental, de contenção de encostas e de águas pluviais — explica a secretária.

Outro município cuja arrecadação vem aumentando é o de Angra dos Reis. O prefeito Fernando Jordão (PMDB-RJ) garante que, apesar da situação econômica, com a paralisação de obras como a da usina nuclear de Angra 3 e a redução de atividade do estaleiro Brasfels, fez um austero programa de corte de custos. Jordão diz que os royalties estão sendo usados em obras de saneamento, tratamento de resíduos e infraestrutura em geral: — A crise fez bem para se aprender. É hora de aplicar melhor esses recursos, que antes eram aplicados em coisas desnecessárias.

‘ESSAS CIDADES PODEM SER CAMPOS AMANHÃ’

José Luis Vianna da Cruz, professor de mestrado e doutorado da Universidade Cândido Mendes, lembra que as cidades precisam ter em mente, em primeiro lugar, que é preciso reduzir os déficits de infraestrutura e ter uma responsabilidade administrativa para permitir que a arrecadação própria seja eficiente. Ele cita o caso de Campos, onde metade dos moradores não paga IPTU e mais de 60% dos trabalhadores autônomos não recolhem ISS. Somente após uma organização fiscal é possível para o município fazer uma diversificação em sua economia. — Essas cidades podem ser Campos amanhã. É só dar uma olhada na tragédia em que o Norte Fluminense se transformou. Além de todo o problema social e a falta de diversificação econômica, houve ainda questões como a antecipação dos royalties futuros — afirma Cruz.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto de Direito Público e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca que os recursos dos royalties devem ser usados não só em infraestrutura, mas também no desenvolvimento de outras atividades que garantam receita própria futura para o município. — É fundamental aproveitar os recursos e não queimar essa receita com despesas permanentes. Não se deve fazer o mesmo que o governo do Estado do Rio fez no passado com essa riqueza, que é finita — afirma o economista. Em São Paulo, 44 municípios passaram a receber royalties e participações especiais nos últimos dez anos. A lista subiu de 66 para 110 cidades.

O volume recebido também cresceu significativamente: 933%, passando de R\$ 54,4 milhões, de janeiro a julho de 2007, para R\$ 562,2 milhões nos sete primeiros meses deste ano. O líder entre as cidades paulistas é Ilhabela, que neste ano, até julho, recebeu R\$ 240,6 milhões, quase a metade de todas as cidades de São Paulo somadas. Em segundo lugar, aparece a vizinha São Sebastião, com uma arrecadação de R\$ 50,1 milhões. O aumento também ocorreu em relação ao ano passado. As receitas com petróleo em Ilhabela cresceram 77% e, em São Sebastião, houve alta de 39%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: VIVIAN OSWALD

Título: Investimento chinês: benefícios e riscos

Para especialistas, dependência pode deixar Brasil sujeito a oscilações e até a interferência em regras

PEQUIM - Apesar da crise no Brasil, ou por causa dela — que deixou os ativos baratos —, os chineses estão mais dispostos que nunca a ampliar seus negócios no país. Em sua viagem à China, no início deste mês, o presidente Michel Temer recebeu a promessa de investimentos que, se confirmados, significarão o aporte, em dois anos, de mais de R\$ 31 bilhões na economia brasileira, que já recebeu cerca de R\$ 61,5 bilhões de 2014 até julho deste ano, entre fusões e aquisições. Este ano, pela primeira vez, um em cada quatro produtos exportados pelo Brasil irá para a China. A proporção é até um pouco maior neste momento, dados os carregamentos gigantescos de soja, mas estes não se manterão nos mesmos níveis até dezembro. Os montantes confirmam a confiança dos chineses na economia brasileira e sua demanda por insumos e energia.

Mas trazem, para o Brasil, os riscos de uma dependência cada vez maior daquele que desde 2009 é seu principal parceiro comercial. Além disso, uma participação mais expressiva em setores considerados estratégicos pode aumentar a influência chinesa não só sobre a economia brasileira, mas sobre decisões políticas de desenvolvimento ou de novas privatizações. Acredita-se que investidores de peso em setores importantes possam, por exemplo, impor condições para novos investimentos e até interferir em marcos regulatórios. — É preciso ter um quadro legal bem preparado para evitar interferências, que acontecem em vários países do mundo, como Paquistão, Sri Lanka e alguns africanos — diz Christopher Balding, professor de economia da Escola de Negócios de Shenzhen, da Universidade de Pequim. O ministro dos Transportes, Maurício Quintella, disse não ver nada demais no apetite chinês. Ele afirmou

que o Brasil tem leis rígidas e que não há motivo para preocupação com os investimentos chineses.

— Nós precisamos de infraestrutura e eles querem investir. Isso é ótimo — avalia Quintella, um dos ministros que Temer levou à China para explicar as oportunidades de novos negócios no Brasil. Segundo dados da consultoria Transactional Track Record (TTR), os americanos realizaram mais operações de fusões e aquisições desde 2014 — 320, contra 34 dos chineses —, mas os recursos gastos pela China no período foram bem maiores: R\$ 61,5 bilhões, contra R\$ 49,12 bilhões dos EUA. Em 2014, a China estava em 12º lugar na listada consolidada pela TTR para esse tipo de transação, mas vem subindo gradativamente, e este ano já está na quarta posição. Os americanos se mantêm no topo do ranking.

ÁFRICA DO SUL PERDE FORÇA

Os analistas consideram boa a chegada firme dos chineses, para contrabalançar os investimentos de outros países. Mas ressaltam que não adianta criar uma relação de dependência com essa ou aquela nação. — Um percentual (sobre as exportações) muito alto pode levar a uma grande dependência econômica e, progressivamente, política. É importante para todos os países manterem a cesta de exportações equilibrada, especialmente no que diz respeito a produtos como commodities, particularmente quando se está lidando com grandes potências como a China — diz André Loesekrug- Pietri, fundador do ACapital, fundo de investimento europeu que atua com chineses. Ele lembrou que compras de commodities ainda podem oscilar ao sabor da política:

— É importante para o Brasil aumentar o valor agregado das suas exportações, o que deixaria o país menos dependente da flutuação cambial. Segundo economistas, não se pode agir com preconceito com relação aos investimentos chineses, mais do que bem-vindos para a economia brasileira, que enfrenta uma grave recessão. Mas eles afirmam que a discussão sobre os riscos para o futuro são fundamentais. Durante a reunião do Brics, negociadores notaram que a África do Sul perdera sua voz. Não conseguia mais enfrentar a China, devido a sua dependência de investimentos chineses. No passado, a opção por investimentos americanos, das montadoras, deixou o Brasil dependente das rodovias.

— É preciso pensar nas prioridades brasileiras. Os chineses estão atrás de insumos básicos e energia. Os investimentos podem ser direcionados de maneira que as exportações brasileiras passem a atender às necessidades deles e não do Brasil, que certamente vai querer vender produtos com maior valor agregado — afirma Balding. Na avaliação do embaixador do Brasil na China, Marcos Caramuru, o país terá de saber gerenciar os riscos para crescer: — São

riscos que, caso se materializem, teremos de administrar com naturalidade, se quisermos continuar a atrair capitais chineses ou outros para investir em infraestrutura no país. O importante é dispormos, ao longo do tempo, de boa regulação e de bom acompanhamento diplomático das questões que possam porventura surgir.

RECURSOS DA POUPANÇA

Os chineses têm visão de longo prazo e gostam de ter participações majoritárias em investimentos. Sabem que os ativos estão baratos e informaram Temer sobre o interesse em privatizações e infraestrutura. Metade dos ativos que a gigante de energia State Grid tem no exterior está no Brasil. Investir no Brasil tem sido uma das saídas encontradas pelos chineses para internacionalizar a sua economia, variar o seu portfólio e gastar os recursos de sua imensa poupança interna.

ALEMANHA DECIDE CRIAR BARREIRAS

PEQUIM- A Alemanha decidiu impor barreiras a investimentos de fora da União Europeia (UE). A medida é ampla, mas o alvo é claramente a China, que alemães acusam de violar as regras de concorrência por financiar suas empresas com dinheiro público. São considerados setores estratégicos energia, água, telecomunicações, hospitais, aeroportos e usinas nucleares — em que já há presença forte dos chineses no Brasil. Em Portugal, por exemplo, o investimento chinês já representa 3,3% do PIB. Pela nova regra, a aquisição de mais de 25% das ações de uma empresa alemã por estrangeiros será analisada pelo Ministério da Economia, que decidirá se há risco para a segurança do país. (V.O.)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Ricardo Brandt Julia Affonso Marianna Holanda

Título: Fisco quer prioridade para receber recursos desviados

Lava Jato. Fazenda Nacional propõe medidas na Vara Federal do juiz Sérgio Moro cobrando o bloqueio de R\$ 195 mi para pagar dívidas com a União por sonegação fiscal

A União pediu ao juiz federal Sérgio Moro para receber os tributos sonegados e suas respectivas multas referentes aos R\$ 10,8 bilhões já recuperados pela Operação Lava Jato antes mesmo da Petrobrás, considerada a maior vítima do esquema de cartel e corrupção descoberto pela força-tarefa.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional já ajuizou sete medidas cautelares na 13.^a Vara Federal Criminal de Curitiba a fim de bloquear imediatamente R\$ 195 milhões para o futuro pagamento de dívidas com a União decorrentes de sonegação fiscal. O órgão alega que a União deve ser ressarcida preferencialmente porque é “vítima”.

“É imperioso que a Fazenda Nacional faça valer sua condição de vítima nos processos criminais e também seja agraciada com a destinação dos valores arrecadados nesses processos em virtude dos acordos de colaboração premiada”, escreveram os procuradores da Fazenda Nacional nos pedidos feitos a Moro.

Segundo a procuradora da Fazenda Nacional Fernanda Regina Villares, que defende o Fisco, a lei tributária não distingue os recursos em razão de sua origem ilícita. “Importa que, sob a luz da igualdade com que devem ser tratados os cidadãos, todos devem contribuir com o sustento do Estado. É o dinheiro dos impostos que financia as atividades essenciais da União, dos Estados e dos municípios, com destaque para saúde e educação.”

É a primeira vez que o órgão ajuíza pedidos para a recuperação de ativos em processos penais. “Não se trata de cobrança de qualquer crédito tributário, mas sim de lançamento efetuado como desdobramento dos crimes confessados pelo delator”, afirmou Fernanda, coordenadora de uma força-tarefa da Lava Jato criada na Fazenda Nacional em junho do ano passado.

Segundo ela, as investigações revelaram uma “economia paralela imune a tributos”. O montante já resgatado tem origem em 154 acordos de delação e também de leniência firmados com o Ministério Público Federal (MPF).

As cautelares – tecnicamente chamadas de tutela provisória de urgência cautelar incidental – foram apresentadas contra o ex-ministro José Dirceu, o ex-diretor da Petrobrás Renato Duque, o ex-marqueteiro do PT João Santana e sua mulher, Mônica Moura, e os doleiros Alberto Youssef, Nelma Kodama e Raul Srour.

Só de Dirceu são cobrados R\$ 22 milhões. Petrobrás, MPF e defesas dos réus rechaçam os argumentos da Fazenda Nacional (mais informações nesta página).

‘Fura-fila’.

Para Leonardo Henriques, especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra, a União tenta “passar na frente da fila”.

“A reparação dos danos para a vítima tem de ser privilegiada. Se a vítima é uma empresa pública de economia mista, antes de se reverter para os cofres

públicos, teria de se privilegiar a posição do patrimônio da vítima”, disse. Conforme Henriques, a Petrobrás tem um papel relevante na economia e há “milhares de pequenos acionistas que se viram prejudicados por esse escândalo (de corrupção)”.

Ele disse que o Fisco deve receber em um segundo momento. “A Petrobrás sofreu uma queda de valores expressiva. Ainda mais considerando que, cedo ou tarde, a União vai receber a sua parte, em cima do que a Petrobrás declarar em seus balanços.” Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), André Felix criticou o instrumento usado pela Procuradoria Nacional para a cobrança dos tributos devidos e das multas.

“Não é só chegar e pedir o dinheiro”, disse. “Tem todo um trâmite (administrativo) a ser seguido e pode demorar anos.”

Derrota.

Apesar da expectativa de ajuizar mais cautelares no âmbito da Lava Jato, a Fazenda Nacional já sofreu uma derrota. No dia 30 do mês passado, Moro negou o primeiro dos sete pedidos.

“É certo que a Receita Federal tem prestado auxílio muito expressivo às investigações criminais. Apesar da inegável relevância do apoio qualificado da Receita Federal, isso não é suficiente para tornar a Fazenda Nacional credora preferencial em relação aos direitos das vítimas diretas dos crimes apurados”, escreveu Moro.

O posicionamento foi dado no pedido de bloqueio de R\$ 52 milhões contra Youssef. Desde o fim do ano passado, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tem ajuizado as cautelares em Curitiba.

MME / ASCOM .